



Espelho de Entrega de Emendas

		Chave de Segurança: 652445	
EMENDA À META			
TIPO AUTOR	TIPO DE EMENDA	EMENDA	
Comissão Câmara dos Deputados	Inclusão	50400001	
EMENTA			
Emenda da CPOVOS nº 1 - Requer inclusão de meta no Programa de Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergência Climática - Célia Xakriabá, Dandara, Chico Alencar e Paulo Lemos			
PROGRAMA			
1617 - Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergência Climática			
OBJETIVO ESPECÍFICO			
0168 - Garantir aos povos indígenas o direito às suas terras			
INDICADOR		ACRÉSCIMOS	
Índice de Regularização Fundiária de Terras Indígenas		75	
UNID. MEDIDA	META CUMULATIVA?		
108 - %	Sim		
JUSTIFICATIVA			
<p>A presente emenda visa priorizar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a alocação de recursos para ações de regularização fundiária de terras indígenas, reconhecendo a importância estratégica e constitucional dessas iniciativas para garantir os direitos originários dos povos indígenas sobre seus territórios tradicionais. O processo de regularização envolve uma série de etapas técnicas e jurídicas que demandam estrutura institucional, planejamento de médio e longo prazo e orçamento compatível com a complexidade e abrangência das ações.</p> <p>A inclusão dessa prioridade na LDO, bem como a elevação da meta de Regularização fundiária, tem como objetivo orientar a elaboração da proposta orçamentária anual, destacando a urgência de avançar no enfrentamento do passivo histórico de terras ainda não regularizadas e de garantir segurança jurídica aos territórios já reconhecidos. Ao valorizar a regularização fundiária, a proposta contribui para a proteção contra invasões e conflitos fundiários, promove a sustentabilidade socioambiental e reafirma o compromisso do Estado brasileiro com os princípios constitucionais, com a Convenção nº 169 da OIT e com a legislação nacional sobre os direitos dos povos indígenas.</p>			

AUTOR DA EMENDA

5040 - Com. da Amazônia e dos Povos Originários e Tradici

Assinatura: _____

TIPO AUTOR

Comissão Câmara dos Deputados

Credenciado: _____



Espelho de Entrega de Emendas

		Chave de Segurança: 652445	
EMENDA À META			
TIPO AUTOR	TIPO DE EMENDA	EMENDA	
Comissão Câmara dos Deputados	Acréscimo	50400002	
EMENTA			
Emenda da CPOVOS nº 2 - Requer o acréscimo de meta no Programa de Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais - Dandara			
PROGRAMA			
5136 - Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais			
OBJETIVO ESPECÍFICO			
0342 - Assentar famílias de forma sustentável, promovendo a equidade de gênero e a sucessão rural			
INDICADOR		ACRÉSCIMOS	
Número de novas famílias assentadas		30000	
UNID. MEDIDA	META CUMULATIVA?		
49 - unidade	Sim		
JUSTIFICATIVA			
As informações do Censo 2022 do IBGE dão conta que o déficit nas ações de assentamento rural, especialmente se levarmos em conta as necessidades também das comunidades quilombolas e tradicionais, extrapola o quantitativo inicialmente previsto no PLDO, e por isso apresentamos a presente Emenda para majorar em 50% (cinquenta por cento) tal quantitativo.			

AUTOR DA EMENDA	TIPO AUTOR
5040 - Com. da Amazônia e dos Povos Originários e Tradici	Comissão Câmara dos Deputados
Assinatura: _____	Credenciado: _____



Espelho de Entrega de Emendas

		Chave de Segurança: 652445	
EMENDA À META			
TIPO AUTOR	TIPO DE EMENDA	EMENDA	
Comissão Câmara dos Deputados	Inclusão	50400003	
EMENTA			
Emenda da CPOVOS nº 3 - Requer inclusão de meta no Programa de Direitos Pluriétnicos Culturais e Sociais pra o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas - Célia Xakriabá, Chico Alencar e Paulo Lemos			
PROGRAMA			
5838 - Direitos Pluriétnicos Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas			
OBJETIVO ESPECÍFICO			
0519 - Fortalecer a educação escolar indígena em todos os níveis e modalidades			
INDICADOR		ACRÉSCIMOS	
Número de diagnósticos da educação escolar indígena		60	
UNID. MEDIDA	META CUMULATIVA?		
49 - unidade	Sim		
JUSTIFICATIVA			
A presente emenda visa priorizar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a elevação da meta de diagnósticos da educação escolar indígena, como estratégia fundamental para o fortalecimento dessa modalidade em todos os níveis e modalidades de ensino. A realização de diagnósticos é etapa indispensável para conhecer com profundidade a realidade educacional vivenciada pelos diferentes povos indígenas do Brasil, considerando suas especificidades culturais, linguísticas, territoriais e sociais. Ao ampliar essa meta, o Estado poderá identificar com mais precisão as necessidades locais e regionais, especialmente no âmbito dos territórios etnoeducacionais, unidades de organização da política de educação indígena instituídas pelo Decreto nº 6.861/2009, que reconhecem os vínculos históricos, culturais e geográficos entre os povos indígenas e suas formas próprias de organização educacional.			

AUTOR DA EMENDA	TIPO AUTOR
5040 - Com. da Amazônia e dos Povos Originários e Tradici	Comissão Câmara dos Deputados
Assinatura: _____	Credenciado: _____



Espelho de Entrega de Emendas

		Chave de Segurança: 652445
--	--	----------------------------

TIPO AUTOR		EMENDA AO TEXTO DA LEI	EMENDA
Comissão			50400004

EMENTA	
Emenda da CPOVOS nº 4 - Requer a adição de emenda de texto depois do Anexo III, Seção II, Inciso IV - Célia Xakriabá e Paulo Lemos	

TIPO DA EMENDA	ADIÇÃO	REFERÊNCIA
Aditiva	Depois	Anexo III, Seção II, Inciso IV

TEXTO PROPOSTO	
Seção III - Demais despesas ressalvadas - I- Despesas relacionadas à Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergência Climática e Direitos Pluriétnicos Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas.	

JUSTIFICATIVA	
A presente emenda tem como incluir dentre as despesas ressalvadas de contingenciamento, aquelas vinculadas à Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergência Climática, bem como às ações voltadas à garantia dos Direitos Pluriétnicos, Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania dos Povos Indígenas. Tais ações são estruturantes para a efetivação dos direitos originários previstos no artigo 231 da Constituição Federal, além de estarem diretamente relacionadas à proteção do meio ambiente, ao enfrentamento das mudanças climáticas e à promoção da justiça social. A inclusão dessas despesas entre aquelas não sujeitas a contingenciamento assegura previsibilidade, continuidade e efetividade às políticas públicas voltadas aos povos indígenas, cuja execução não pode estar sujeita a interrupções administrativas.	
A demarcação e a proteção dos territórios indígenas são medidas essenciais para a preservação da sociobiodiversidade brasileira e para o enfrentamento da emergência climática global, considerando o papel estratégico que esses territórios desempenham na conservação de florestas e recursos hídricos. Da mesma forma, os direitos pluriétnicos — que abrangem cultura, educação, saúde, segurança alimentar, participação política e autonomia dos povos indígenas — constituem pilares para uma cidadania plena e inclusiva. Ressalvar tais despesas do contingenciamento orçamentário é, portanto, reconhecer a centralidade dos povos indígenas na construção de um país plural, ambientalmente sustentável e socialmente justo, em consonância com compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, como a Convenção nº 169 da OIT e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.	

TOTAIS	QUANTIDADE	
	EMENDA À META	3
	EMENDA AO TEXTO DA LEI	1
	TOTAL :	4

AUTOR DA EMENDA	TIPO AUTOR
5040 - Com. da Amazônia e dos Povos Originários e Tradici	Comissão Câmara dos Deputados
Assinatura: _____	Credenciado: _____